

HISTORIAS de GOA

**coordenação científica:**

ROSA MARIA PEREZ  
SUSANA SARDO  
JOAQUIM PAIS DE BRITO

**coordenação técnica:**

LUÍS ALMEIDA VASCONCELOS  
com  
PAULO FERREIRA DA COSTA  
RITA SÁ MARQUES

**arquitectura:**

ANTÓNIO BELÉM LIMA  
CARLOS SANTELMO JR.

**autores dos textos:**

ARTUR TEODORO DE MATOS  
DIOGO RAMADA CURTO  
HELDER CARITA  
JOAQUIM PAIS DE BRITO  
MARIA DE JESUS DOS MÁRTIRES LOPES  
MANOHARRAI SARDESSAI  
PRATIMA KAMAT  
ROSA MARIA PEREZ  
RUI SIMÕES  
SANJAY SUBRAHMANYAM  
SUSANA SARDO

**autores das legendas:**

HELDER CARITA  
JOAQUIM PAIS DE BRITO  
LUÍS ALMEIDA VASCONCELOS  
MARIA VIRGÍNIA BRÁS GOMES  
PAULO FERREIRA DA COSTA  
RITA SÁ MARQUES  
ROSA MARIA PEREZ  
SUSANA SARDO

**concepção gráfica do catálogo:**

CARLOS NOGUEIRA  
com paginação de  
PEDRO SANTOS

**fotografia de estúdio:**

LUÍS PAVÃO

**reprodução da colecção Saldanha:**

ARQUIVO NACIONAL DE FOTOGRAFIA

**revisão de texto:**

ANTÓNIO JOSÉ MASSANO

**tradução:**

CARLOS PEREIRA  
PAULO DA COSTA DOMINGOS

**colaboração na pesquisa:**

ELSA COIMBRA  
PEDRO CARMO COSTA  
ROGÉRIO ABREU  
em Goa  
LUÍS COSTA E SOUSA

**pesquisa vídeo:**

CATARINA ALVES COSTA  
imagens de  
CATARINA MOURÃO  
JOAQUIM PAIS DE BRITO  
SUSANA SARDO

**restauro:**

MANUELA COSTA

**montagem da exposição:**

ALEXANDRE RAPOSO  
JOÃO ANDRÉ  
JOSÉ MANUEL DE SÁ  
LURDES COSTA  
MANUEL ANTÓNIO ARAÚJO

**serviços educativos:**

JOSÉ PEDRO CAIADO  
TERESA ALBINO  
com  
ALEXANDRA SOFIA ANGEIRAS  
ALEXANDRA LEITÃO  
ANA CRISTINA HENRIQUES

**apoio técnico CNCDP:**

JORGE MURTEIRA  
PEDRO MOREIRA

**secretariado:**

PATRÍCIA BETTI QUEIROZ

**serviços administrativos:**

MARIA DO ROSÁRIO SILVA  
MATILDE DOMINGOS  
LUÍSA BARATA

**auxiliares:**

CARLOS COSTA  
CRISTINA SILVA  
LUÍSA ANDRÉ

**Biblioteca Nacional****Catalogação na publicação**

Perez, Rosa Maria, e outros (coords.)  
Histórias de Goa  
Lisboa: Museu Nacional de Etnologia,  
1997, 256 p.: il.  
ISBN: 972-8137-67-2  
CDU 954.7:39 (547)(069.538)

**Copyright**

Museu Nacional de Etnologia  
Instituto Português de Museus

Primeira edição  
Agosto de 1997

Depósito legal  
n.º 113 841/97

Digitalização e montagem  
Textype

Impressão e acabamentos  
Printer Portuguesa, Lda.

**nota ortográfica:**

por conveniência dos leitores,  
prescindiu-se, por norma,  
da utilização de sinais diacríticos.

**patrocínio:****apoio:****FUNDAÇÃO  
ORIENTE**



Museu Nacional de  
**ETNOLOGIA**



INSTITUTO PORTUGUÊS  
DE MUSEUS



MINISTÉRIO  
DA CULTURA

---

**HISTÓRIAS de GOA**



# A ARQUITECTURA CIVIL INDO-PORTUGUESA E AS FAMÍLIAS BRÂMANES E CHARDÓS CATÓLICAS

---

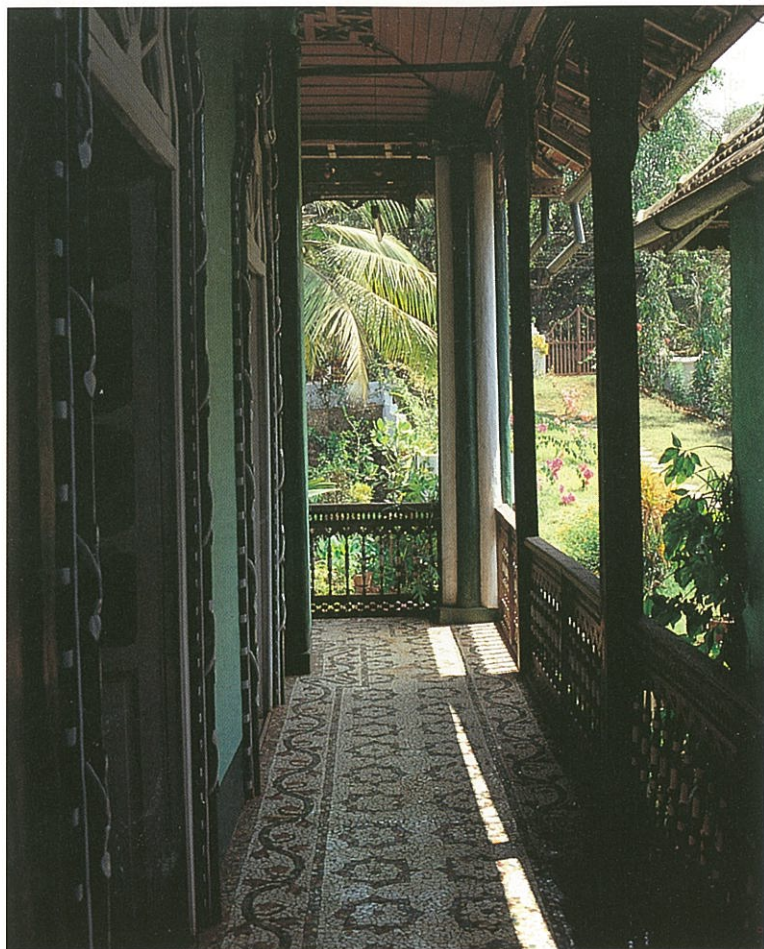
Helder Carita

## I - Introdução

Para qualquer visitante, chegado do interior da Índia, o património arquitectónico goês provoca sistematicamente um forte impacto. Todo o território é pontuado, até às mais pequenas aldeias do interior, por igrejas e aprazíveis casas de campo rodeadas de belas palmeiras e de campos verdejantes. A arquitectura vai estruturando a paisagem, indiciando não só uma estética como uma cultura peculiar, que se autonomiza no quadro complexo da península hindustânica.

Neste texto, reportamo-nos aos anos de 1990 a 1992, onde, na tentativa de fazer um levantamento sistemático sobre a arquitectura doméstica goesa de influência erudita, percorremos todo o território, no ano de 1991, aldeia a aldeia, com uma equipa de seis investigadores.

No quadro da arquitectura doméstica goesa de influência erudita, vários problemas metodológicos se foram colocando, à medida que fomos aprofundando o nosso estudo. A generalidade do património que chegou até nós constitui-se por influência das grandes casas das famílias de brâmanes e chardós, convertidas ao longo dos séculos ao catolicismo. Este grupo não cobre, no entanto, toda a produção goesa de arquitectura doméstica de raiz erudita. Embora com uma expressão minoritária, autonomiza-se também a produção arquitectónica das famílias hindus, cujas características revelam uma maior resistência às influências portuguesas. Ao longo do nosso inquérito, observámos que estas casas se mantêm mais perto de um modelo tradicional autóctone, ligado aos comportamentos e às formas de habitar dos grupos privilegiados, cuja presença em Goa é anterior à chegada dos portugueses. Profundamente arreigados a uma tradição religiosa que se ligava com os privilégios da casta, as suas casas não deixam, porém, de testemunhar influências portuguesas, que analisaremos ao longo deste texto.



Casa Felipe Abranches, Vernã. Pormenor da varanda na fachada principal. (H.C.)

Outro grupo, hoje quase desaparecido, constitui-se pela arquitectura doméstica construída pelas grandes famílias portuguesas radicadas em Goa. Com apogeu entre os séculos XVI e XVII, esta arquitectura tem o seu epílogo no século XVIII, reduzindo-se hoje a um pequeno número de exemplos. Tal como as grandes casas das famílias hindus brâmanes, este grupo revela-se particularmente importante para a compreensão da evolução da arquitectura goesa, por introduzir modelos formais e espaciais de influência portuguesa. Estes modelos revelaram, porém, desde o seu início, mutações em relação às matrizes portuguesas pelo confronto com novas situações sócio-culturais, questões climatéricas e disponibilidade de materiais de construção (Carita 1995: 51).

Do nosso estudo-inquérito, apercebemo-nos de que a produção arquitectónica das famílias brâmanes e chardós católicas assume uma progressiva supremacia face à de outros grupos sociais privilegiados, sobretudo a partir do século XVIII e ao longo de todo o século XIX. Neste quadro global de evolução, a arquitectura civil desenvolve um processo de interinfluências estéticas e culturais, ao longo de mais de quatro séculos, que não observamos na arquitectura religiosa ou militar. Integradas numa mesma designação de arquitectura indo-portuguesa, estas duas matrizes – religiosa e civil – adquirem significados estéticos profundamente distintos, cuja análise revela componentes importantes para o entendimento da evolução da cultura e da sociedade goesas.

Para uma melhor clarificação do conceito de arte e de arquitectura indo-portuguesa, somos assim obrigados a distinguir dois grandes ciclos de produção, onde se inscrevem níveis de interinfluências culturais claramente distintas. Num primeiro ciclo, que coincide com o século XVI e XVII,

afirma-se dominante uma estética colonial e uma política de mecenato, da iniciativa dos grupos privilegiados portugueses radicados na Índia. É o período dos grandes edifícios religiosos e militares da cidade de Goa e dos grandes palácios da nobreza portuguesa, os últimos já desaparecidos. Neste ciclo, os modelos espaciais, tanto da arquitectura religiosa como da doméstica, mantêm-se substancialmente europeus e portugueses, transparecendo a cultura autóctone na interpretação das formas e na decoração, despontando irreverente, aqui e acolá, na iconografia hindu.

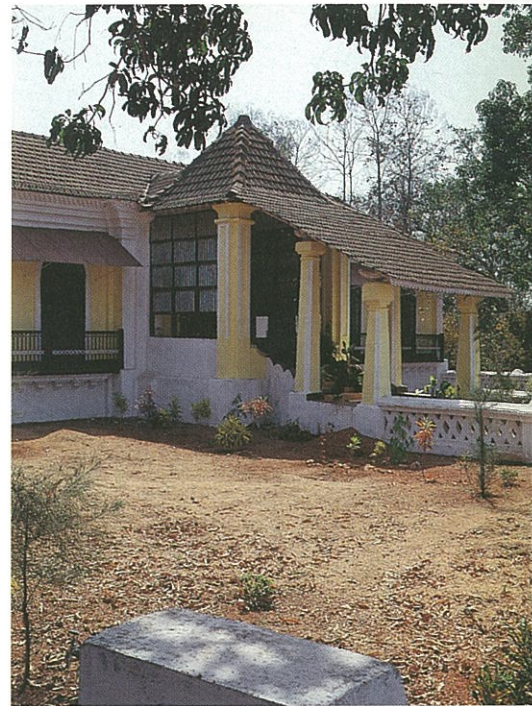
Num segundo período, que se desenvolve a partir da segunda metade do século XVIII, afirma-se uma arquitectura civil onde os padrões estéticos autóctones se estruturam não só ao nível da decoração e da interpretação das formas, mas também no âmbito mais profundo dos modelos e das estruturas espaciais. É durante este ciclo, que coincide com o declínio do Império Português no Oriente, que a arquitectura religiosa perde significado, constituindo-se, sobretudo, pelo restauro e pela renovação interior do património existente. Por oposição, é agora que se assiste a um verdadeiro fenómeno de interinfluência cultural e à formação daquilo que se pode considerar como verdadeiro modelo de síntese da arquitectura indo-portuguesa (Carita 1995: 161).

Dos míticos grandes palácios e quintas de recreio, mandados construir pela nobreza portuguesa na cidade de Goa e arredores, pouco restou. O declínio do Império provocou o regresso progressivo destas famílias à metrópole ou, no caso mais comum, a sua emigração para lugares mais promissores (Correia 1954). O sistema de castas reprimia o casamento de brâmanes e chardós com a nobreza portuguesa radicada na Índia. Esta restrição, ao mesmo tempo que dificultou a integração dos portugueses em Goa, promoveu a criação de um novo grupo, ao qual Raquel Soeiro de Brito chamou “outra casta”: os descendentes (1966: 35).

Para a historiografia da arte, até hoje concentrada, sobretudo, na produção erudita relativa ao período áureo da presença portuguesa na Índia, os dois ciclos aqui enunciados nunca apareceram com o devido relevo. Embora não sejam representativos no domínio da arquitectura religiosa, tornam-se, contudo, fundamentais para a compreensão de todo o processo cultural que ocorre em Goa durante mais de quatro séculos e de que a *arquitectura doméstica indo-portuguesa* é um dos elementos mais significativos. Desenvolvida a partir da segunda metade do século XVIII e ao longo do século XIX, esta arquitectura constitui o melhor testemunho da progressiva hegemonia que as famílias brâmanes e chardós adquiriram no espaço económico, político e cultural da *Índia Portuguesa* (Lopes 1996).

## II - O sistema das gãoarias e a casa das grandes famílias brâmanes e chardós católicas

A constituição de um modelo arquitectónico autónomo produzido pelas grandes famílias brâmanes e chardós parece ligar-se intimamente à permanência, ao longo do período de administração portuguesa, do sistema das comunidades agrícolas goesas e das suas gãoarias (Xavier 1856). Neste sistema, é a aldeia a proprietária do conjunto de terras que lhe estão afectas, sendo, no entanto, gerida globalmente por um concelho. Este, denominado por gãoaria, *ganvkari* em Konkani, era constituído pelos representantes das famílias que se reconheciam como descendentes dos primeiros fundadores da aldeia. Embora a terra fosse propriedade de toda a comunidade, estas famílias detinham, porém, por privilégio hereditário, a maioria do seu domínio útil, sobretudo as mais ricas do ponto de vista agrário. Brâmanes e chardós constituíam-se, assim, como uma oligarquia rural de direito inalienável (Sousa 1994: 51).



Casa Felipe Abranches, Vernã. Pelas suas características, não só plásticas como sociais, o alpendre destaca-se entre os elementos mais significativos da arquitectura indo-portuguesa. (H.C.)

O cultivo das terras era rotativo, decidido por uma espécie de leilão fechado aos membros exteriores à comunidade, respeitando os direitos hierárquicos dos diferentes grupos da aldeia. Gerava-se, assim, uma variação constante dos rendimentos das propriedades, que, acrescida a uma infinidade de diferentes taxas e tributos, causava sérios problemas na aplicação dos impostos. Tanto a venda como a confiscação de terras tornavam-se praticamente impossíveis neste contexto, afirmando-se deste modo, uma notável estabilidade patrimonial, sobretudo para as famílias que detinham mais privilégios (Xavier 1856).

A complexidade do sistema das *gãocarias* parece ter determinado a entrega da colecta dos impostos, por parte da administração portuguesa, a grandes famílias hindus de comerciantes. Estas, a par dos grupos privilegiados convertidos ao catolicismo, atravessam, igualmente, todo o período de ocupação portuguesa com uma forte estabilidade económica, mantendo consideráveis bens patrimoniais fora dos territórios de Goa, o que lhes conferia, também, alguma autonomia face às autoridades. É interessante verificar que os mais altos valores de compra de direitos de impostos efectuados durante o século XVII provêm de membros das famílias Naik e Sinay (Sousa 1994: 112), que se mantêm, ainda na segunda metade do século XX, entre as famílias mais ricas de Goa.

As classes brâmanes e *chardós* católicas mantiveram, embora com flutuações, os seus direitos junto das comunidades rurais. Com efeito, ao nível destas classes, a presença portuguesa em pouco alterou o seu estatuto social naquele contexto. As várias oportunidades económicas e sociais que se vão gerando ao longo das épocas para estas famílias não destroem nunca as suas relações com a aldeia de origem. Ocupando postos como funcionários do Estado, médicos ou altos lugares na hierarquia eclesiástica, a casa manteve-se sempre como garante de varonia e testemunho dos seus direitos. No caso dos filhos segundos, novas casas são construídas, inscrevendo no espaço da aldeia uma dinâmica onde se cruzam outras experiências e memórias. Com elas nascem novas capelas e cruzeiros, organizando, pelos sistemas de dependência entre membros da comunidade, novos bairros. Em Candolim, os Pintos, entre o século XVII e o século XIX, constroem quatro grandes casas. Desta aldeia, desloca-se um membro da família dos Pintos, nos finais do século XVII, para Arporá, onde funda uma nova casa e institui capela de invocação a São Sebastião. Os Abranches de Vernã, os Sousas de Velsão ou os Costa de Corturim são outros exemplos de famílias proprietárias de várias casas numa mesma comunidade.

A partir de meados do século XVIII, sente-se uma progressiva protecção, por parte das autoridades, não só a membros de classes privilegiadas, mas à população em geral. A liberalização do culto hindu no território, assinada por D. José I, e a confiscação dos bens dos jesuítas acabam por permitir a renovação de direitos sobre as antigas terras, geridas pelos pais da Companhia. Meio abandonado pela administração central, cuja atenção estava focalizada no Brasil, o governo de Goa vê-se obrigado a recorrer, quase sistematicamente, às classes tradicionalmente cultas e literatas, às quais, para além dos direitos antigos, vai conceder novas mercês e os mais altos privilégios, como o de Cavaleiro Fidalgo e o de Cartas de Armas.

Já no século XVII, vemos serem dadas mercês e títulos a brâmanes que se distinguiam pelos seus bons serviços na diplomacia e na administração. Se os mais protegidos são os brâmanes convertidos ao cristianismo, verificamos que, mesmo nas famílias hindus não convertidas, aparecem casos de participação na administração e, particularmente, em delicadas situações diplomáticas. Em 1613, Azu Naik é enviado pelo vice-rei às cortes do Norte em missão diplomática, o mesmo se passando com Kris-





hna Sinay, que, em 1646, é enviado em condições semelhantes à corte do sultão de Bijapur. Este último recebe, directamente do rei de Portugal, privilégios especiais, entre eles o de poder residir na cidade de Goa, facto que muito aborreceu a Inquisição (*O Oriente Português* 1933: vol. 5, p. 1).

A Igreja concentrou todos os esforços de evangelização na classe bramânica cuja cristianização assegurava, em muitos casos, a conversão de toda a comunidade. Neste contexto, as ordens religiosas, muitas vezes em oposição à Inquisição, tiveram um papel determinante, defendendo a manutenção dos direitos e privilégios dos brâmanes, factor essencial à conversão. O seu altíssimo nível espiritual garantiu-lhes, posteriormente, a subida aos mais elevados cargos eclesiásticos, como é o caso de D. Matheus de Castro, doutorado em teologia e primeiro bispo de origem goesa, sagrado em 1637, (*Archidiocese of Goa and Daman* 1984: 14). Esta política permite que, em Lisboa, o Padre António João de Frias publique, em 1702, o primeiro livro sobre nobiliarquia brãmene, defendendo a nobreza da sua casta, assim como os altos serviços prestados por ela, tanto na evangelização do Oriente e de África como no governo da Índia, afirmando: “... todos os tribunais sam ocupados pelos Bracmanes, principalmente a Secretaria de Estado, Francisco Gonçalves natural de Santa Ana Official mayor, servio por muito tempo o lugar de Secretário de Estado durante o Vice-Rey Dõ Philipe Mascarenhas...” (Frias 1702: 152). Estes são também os casos dos Gonçalves, dos Lobos, dos Cunhas ou dos Frias, tendo estes últimos, ainda hoje, um dos mais interessantes e bem preservados exemplos de casa indo-portuguesa dos princípios do século XVIII. Pascoal António de Frias, que ocupou vários cargos, entre eles o de Contador dos Contos da Fazenda Real, recebe, por alvará de 1 de

Casa no bairro hindu de Margão. Voltada sobre si, a casa tradicional das famílias brãmene hindus estrutura-se fundamentalmente à volta de um pátio (*raj-angan*) interior. (H.C.)

Vista da fachada principal da casa de Eucher Pereira, Benaulim. (H.C.)



Março de 1671, o título de cavaleiro-fidalgo acrescentado ao de escudeiro-fidalgo. Seu filho José, Corretor-Mor da Real Fazenda, recebe mercê de brasão de armas em 1690, provavelmente por ter exercido o cargo de procurador da Rainha, isto é, “... *de certos rendimentos de que El Rey fazia mercê à Rainha para o seu bolsinho...*” (Rivara 1875: 144). Mas se o Padre António de Frias publica um livro a defender a nobreza brâmane, logo em 1712, o Padre Leonardo de Paes publica um outro a demonstrar a não menor nobreza dos chardós. Nele, além de salientar a linhagem real da sua família, descendente dos reis de Sirgapor, refere ainda os serviços diplomáticos prestados pelo seu avô a favor da causa portuguesa. A protecção da Igreja é bem evidente no facto de serem, nos dois casos, padres de larga cultura a poderem levantar a voz sobre a linhagem das suas castas.

A partir de meados do século XVIII, o poderio e prestígio social, relativamente pontual, de certas famílias começa a generalizar-se. Os títulos de cavaleiro da Ordem de S. Tiago de Espada, escudeiro-fidalgo, de cavaleiro-fidalgo e as mercês de Brasão de Armas multiplicam-se (Xavier 1862). O acesso a cargos na administração e a criação de uma escola de oficiais em Goa vão possibilitar, também a estas famílias atingir altos postos militares. Aires José Gomes, além de coronel, é nomeado mestre de campo da província de Salcete, em 1807, recebendo igualmente o título de Cavaleiro da Ordem de Santiago (Aires Gomes 1993: 58).

Goa, como sede do Império das Índias, estendia o seu governo desde a costa oriental africana até ao Extremo Oriente. O seu porto desenvolvia intenso comércio com os mais variados portos do Oriente, da África e do Brasil. Com a perda de importância da *carreira da Índia*, no século XVIII, e, consequentemente, do monopólio da Coroa, os goeses vão poder desenvolver um comércio autónomo desde a China à Europa, passando pelo Brasil. Embora em escala diferente do que fora nos séculos XVI e XVII, este comércio revela-se particularmente lucrativo para os comerciantes e armadores goeses que, aproveitando a conjuntura política internacional, apresentam momentos de enorme sucesso. É o caso do bloqueio económico determinado por Napoleão contra a Inglaterra, em que todo o comércio inglês, vindo da Índia, passa a ser realizado pelos armadores goeses e embarcado nos portos ou feitorias portuguesas (Pinto 1989).

Durante a primeira metade do século XIX, o comércio do ópio para a China e a respectiva tentativa de bloqueio inglês são igualmente apro-

veitados pelos goeses, que exportam o ópio da região de Malwa para a China. Os impostos deste comércio, que passava obrigatoriamente pelas alfândegas portuguesas, eram o suporte económico mais significativo dos pequenos fragmentos que restavam do grande Império das Índias. É o rendimento alfandegário deste comércio que permite a efectiva construção da nova capital – Nova Goa – nas primeiras décadas do século XIX.

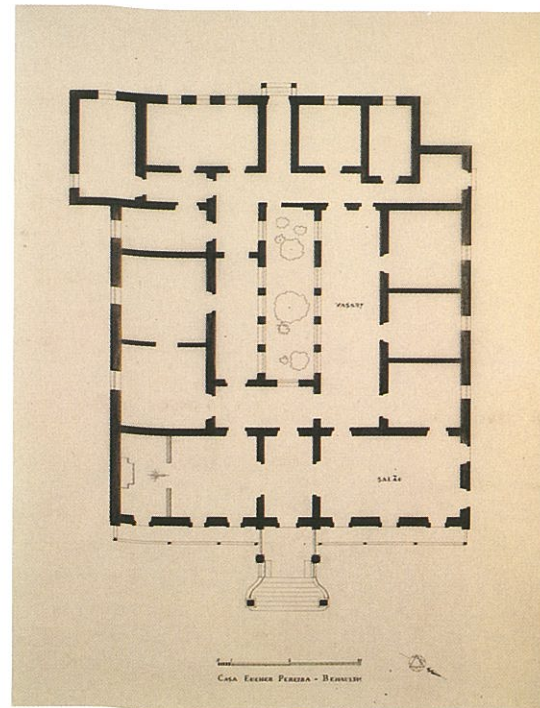
Como afirmámos anteriormente, o grande conjunto de arquitectura indo-portuguesa que chegou até hoje é construído num período de declínio e de empobrecimento do chamado Império Português no Oriente. A riqueza e o esplendor destas casas testemunham que, para os seus proprietários, famílias de brâmanes e chardós, o mesmo se não passava. De facto, o período de declínio português corresponde, para esta elite, a uma ascensão de poder económico e político dentro do quadro social da Índia Portuguesa. Brâmanes e chardós cristãos tornam-se, em última análise, tanto o suporte económico como administrativo que manterá a auto-suficiência do Estado da Índia até ao século XX.

### III - Permanência de estruturas espaciais da casa dos brâmanes hindus na arquitectura doméstica indo-portuguesa

O estudo da arquitectura indo-portuguesa requer, naturalmente, um aprofundamento de análises sobre os modelos de referência hindus que, a par da arquitectura portuguesa, enformam e estruturam aquele modelo. No âmbito da arquitectura produzida pelas castas mais elevadas, tentámos, sobretudo durante o ano de 1992, percorrer o território das chamadas Novas Conquistas estudando e levantando os casos com menos influências portuguesas, por isso mais perto de um modelo autóctone. Neste sentido, concentrámo-nos no estudo e na análise de invariáveis espaciais dessas casas que nos permitissem aproximar melhor de um modelo tradicional da casa brâmane hindu. Através de um número significativo de casas estudadas, apercebemo-nos de que a casa dos brâmanes hindus apresentava uma estrutura espacial e uma lógica interna profundamente estável, com pequenas variações tipológicas.

Como elemento invariante e gerador da estrutura interior da casa brâmane hindu, encontra-se o pátio interior com colunas: o *raj angan* (Pereira 1991). A matriz tipológica da casa tradicional hindu brâmane tende a voltar-se para este pátio, entendido como um espaço eminentemente sagrado, apresentando para o exterior um corpo de volumes com pequenas aberturas tratadas em forma de frestas. O modelo espacial de casa estrutura-se, assim, a partir de uma descontinuidade entre interior-exterior, gerada por uma forte oposição entre sagrado e profano. Nos programas mais elaborados e eruditos, de que constava o nosso estudo, o requinte interior do pátio hindu, com colunas trabalhadas e pinturas nas paredes, contrasta com uma sistemática ausência de composição e tratamento da fachada exterior. Lopes Mendes, que visitou demoradamente zonas afastadas das Novas Conquistas, em meados do século XIX, descreve igualmente que “... as habitações só recebem luz pela porta e por pequenas janelas com balaústres de madeira nas casas de maiores dimensões” (Mendes 1886: 136).

Toda a vida doméstica destas casas se desenvolve em torno do *raj angan*, percorrendo uma zona aberta, em forma de galeria de colunas, denominada *chouki*. Sobre esta zona abrem-se, por sua vez, uma ou mais alas de quartos, o *kuddi*. Em programas mais complexos, a casa desenvolve mais do que um pátio, estruturando-se hierarquicamente com um de maior



Planta da casa de Eucher Pereira, Benaulim. (H.C.)

Casa de Eucher Pereira, Benaulim. Pormenor de janela de carepas, placas de madreperola extraída de bivalves, com pequena espreitadeira em vidro. (H.C.)



prestígio, polarizando as zonas de sociabilidade, e um outro mais reservado à vida doméstica e à preparação de refeições. Decorrente desta zona central, geradora da estrutura dos espaços interiores, encontramos o *vasary*, casa de jantar, ligada, por sua vez, ao templo ou altar que se ergue no interior da casa. O carácter sagrado desta dependência faz situar, muitas vezes, o altar no topo desta sala, caso que encontramos também em casas de brâmanes católicos como os Mirandas de Loutoulim ou os Cabrais de Nagoá.

Localizado no interior da casa e em relação com o pátio, o *vasary* estrutura-se como zona de charneira entre os espaços de sociabilidade e os de serviços, caso da cozinha e dos arrumos. Este espaço adquire, na cultura hindu, uma particular importância relacionada com o sistema de castas e a purificação do corpo. O ritual das refeições na tradição hindu, e sobretudo na casta brâmane, determinava, desde a sua origem, um espaço específico da casa, com proporções e regras definidas com grande rigor.

Nas casas de maiores proporções existe ainda uma sala de recepções, o *sadery*, reservado normalmente a momentos muito especiais como casamentos e baptizados da família. O espírito profundamente privado da vida doméstica hindu colocava este compartimento completamente à parte no conjunto dos interiores da casa. Esta sala situava-se normalmente num primeiro andar, afastado da vida doméstica, onde se localizavam também os quartos de visitas. Estas duas funções juntavam-se, pelo perigo enorme que constituía para uma família o contacto com pessoas pertencentes a outra casta.

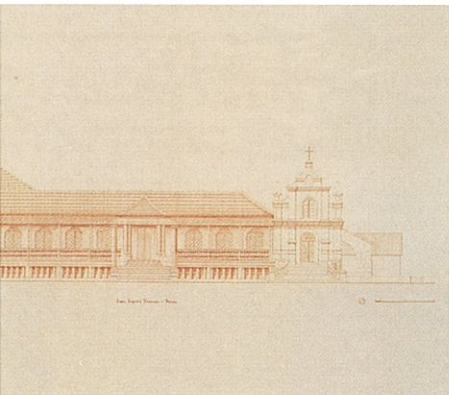
A matriz do modelo tradicional de casa dos brâmanes hindus parece estender-se não só à casta brâmane, mas igualmente a outras castas, consi-

deradas pelos brâmanes como mais baixas, caso dos *kshatrias* (militares), dos *vaishias* (comerciantes) ou dos *sonares* (ourives). Nos bairros hindus, tanto de Mapuça como de Margão, onde predominam estas últimas duas castas, observamos, na generalidade das casas, a influência desta matriz tipológica. Embora o exterior das casas adopte, nestes bairros, um esquema de composição de fachada principal de influência portuguesa, o interior organiza-se com todos os elementos e estruturas do modelo de casa tradicional dos brâmanes hindus que procurámos estudar. Da comparação entre as casas dos brâmanes hindus situadas em territórios indianos mais afastados e as casas dos hindus de Goa, podemos concluir que as influências portuguesas se processaram mais ao nível formal das estruturas exteriores e dos materiais de construção, como é o caso das argamassas hidráulicas à base de cal, afectando pouco o núcleo da estrutura interna da casa e os espaços interdependentes com o pátio interior. É assim que se apresenta, ainda hoje, o Palácio Mamai Kamat, em Pangim. Com vários pátios interiores, este vasto palácio, construído por uma rica família hindu de armadores, apresenta para o exterior um conjunto de fachadas sem qualquer decoração ou característica que o identifique arquitectonicamente como palácio ou grande casa.

Nesta perspectiva, é interessante analisar as casas de famílias brâmanes hindus que resistiram às pressões da Igreja Católica. Se podemos constatar uma estrutura interior de casa na mais pura tradição hindu, revela-se sempre uma aproximação ao desenho e à concepção de fachada portuguesa. Esta influência, marcada pela adopção de janelas e de pilastras de inspiração maneirista, encontra-se igualmente nas casas de famílias hindus fora dos antigos territórios portugueses, com excepção das grandes casas das famílias dos antigos *Rane* que, por pertencerem aos *kshatrya*, se afastam do nosso domínio de análise específico. O palácio dos Rane de Sanquelim é um exemplo desta circulação de influências, numa família que, durante séculos, lutou renhidamente contra a presença portuguesa na Índia. Os *Rane* eram originários de famílias de Rajas do Rajastan pertencentes à casta guerreira *kshatrya*. O palácio dos Rane de Sanquelim revela, naturalmente, elementos arquitectónicos desta região indiana onde a influência mogol foi mais forte. É este o significado das pequenas janelas do corpo mais antigo da casa com um desenho de arco ultrapassado mogol. Pertencendo a uma família de chefes guerreiros, o palácio assemelha-se mais a uma fortaleza, organizado por um conjunto de corpos diferenciados e autónomos. As influências portuguesas aparecem, no entanto, num dos corpos do edifício, com janelas de sacada alternando com pilastras, numa linguagem claramente aferida ao desenho de fachada dos palácios maneiristas de Goa. Num outro corpo da casa, dedicado às senhoras, ergue-se um torreão-mirante, com pilastras toscanas, onde a presença portuguesa mais uma vez se revela.

Igualmente em casas como as dos Dessay de Arabó, Lamargão ou de Collem, chefes que lutaram contra os portugueses, encontram-se as mesmas influências, testemunhando, ao longo dos séculos, períodos de desanuviamento e de influência em áreas fora dos domínios portugueses. Guardados por uma severa tradição, encontramos, mesmo assim, influências portuguesas nos interiores destas casas. No *raj angan* do palácio dos Mamais, as colunas recortam-se num desenho e proporção maneiristas fortemente relacionadas com modelos portugueses.

Sem uma tradição de composição de fachada, tanto ao nível da hierarquia dos volumes como no desenho de alçados, foi aqui que a influência portuguesa se sentiu com maior profundidade, verificando-se mesmo na arquitectura doméstica hindu, fora das áreas de domínio político português. Em oposição, verificamos uma forte resistência aos conceitos portugueses de estruturas interiores, mesmo nas populações indianas convertidas.



Vista geral e alçado principal da casa de Loyola Furtado, Orlim. (H.C.)



Este duplo movimento de aproximação e de recusa desenvolverá um processo de pseudometamorfose numa arquitectura que, aparentemente, se afirma de influência portuguesa, continuando no seu interior a manter-se profundamente indiana.

Particularmente importante para o estudo da arquitectura indo-portuguesa, foi a constatação da permanência de elementos e de estruturas espaciais da tradição hindu na casa brâmane e chardó católica que se mantêm, embora com mutações, ao longo de todo o período de administração portuguesa. Talvez pelo facto de os católicos terem mantido o sistema de castas, verifica-se que o *vasary* vai continuar como elemento fundamental e gerador da estrutura dos espaços interiores do modelo indo-português da casa brâmane e chardó. O facto de, na cultura europeia, esta dependência só se manifestar como um espaço autónomo, na estrutura dos interiores da casa, a partir dos finais do século XVIII, facilitou a permanência das características do *vasary* na casa indo-portuguesa, tanto ao nível da sua relação na estrutura dos espaços como ainda na sua forma. Este longuíssimo compartimento, com um comprimento três vezes maior do que a largura, estrutura-se com uma forma directamente decorrente do hábito de as refeições se processarem segundo uma longa fila, organizada hierarquicamente. Ainda hoje a tradução da expressão portuguesa de sentar à mesa corresponde, em konkani, à expressão de comer em linha (Feio 1979: 37). Se, em variados exemplos dos séculos XVIII e XIX de casas edificadas por brâmanes e chardós, muitas tipologias do modelo de arquitectura doméstica hindu se alteram, o *vasary* permanece inalterável, como elemento fundamental e caracterizador da arquitectura doméstica indo-portuguesa.

#### IV - O modelo de síntese da arquitectura doméstica indo-portuguesa

Coincidindo com um período de declínio económico, a partir da segunda metade do século XVIII e ao longo do século XX, consolida-se um modelo de casa das famílias brâmanes e chardós, onde emergem estruturas espaciais da tradição hindu, interligadas com valores da tradição arquitectónica portuguesa. Como afirmámos anteriormente, se este período corresponde a uma época de declínio português, ele afirma-se também como um período de hegemonia e de consolidação das classes privilegiadas go-

esas, tanto a nível económico como social. No domínio da arquitectura, este período caracteriza-se, fundamentalmente, pela adopção de uma tipologia de casa de piso térreo, manifestando tendencialmente a formação de pátio interior, que organiza à sua volta a vida mais íntima e doméstica da casa.

O modelo de casa nobre de dois andares, promovido pelas grandes famílias da nobreza portuguesa, é progressivamente abandonado em favor de uma construção de piso térreo, estruturado à volta de um pátio, mais de acordo com os antigos cânones da tradição hindu.

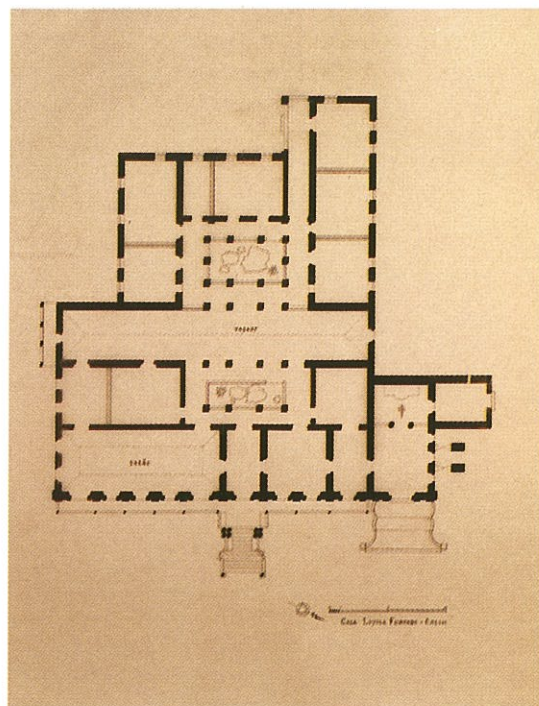
O pátio das grandes casas brâmanes e chardós dos católicos, que no século XVIII aparece muitas vezes como um espaço semiaberto nas traseiras da casa, tende a fechar-se ao longo do século XIX, assumindo-se como elemento central e gerador da estrutura dos interiores. Se este pátio raramente chega a tomar a forma inicial do *rag angan* da casa tradicional hindu, em certos casos, como na casa dos Mirandas de Revorá ou dos Loyola, o pátio aproxima-se muito da sua forma tradicional com colunas. Na casa dos Mirandas de Revorá, o *chouki* afasta-se ligeiramente do modelo tradicional, pela introdução de um murete, em forma de banco, que une as bases das colunas.

Em termos de modelo global, a casa dos brâmanes e dos chardós deste período forma-se através da interligação de duas estruturas de tradições diferentes. Da casa nobre portuguesa, é adoptado o esquema de composição de fachada principal e a sequência de salas a ela ligadas. A esta estrutura, claramente relacionada com o exterior e com a vida social, interliga-se um núcleo de espaços voltados para dentro e polarizados à volta do pátio. Se o carácter sagrado e privado da vida doméstica era mantido e preservado por uma estrutura interior de pátio, o corpo da fachada principal, rasgando-se generosamente por largas varandas e alpendres, imprimia, nas relações familiares e no espaço social, uma nova abertura, desconhecida numa cultura fortemente cristalizada em castas e em sistemas sociais fechados.

Entre arquitectura senhorial e popular parecem estabelecer-se relações de influência e de mimetismo. Uma baixa classe média de funcionários de Estado, comerciantes e pequenos agricultores espelha-se em pequenas casas de aldeia. Estruturando-se formalmente com um piso e uma fachada principal, onde se abre um pequeno alpendre de entrada, estas casas reproduzem, nos espaços rurais do interior de Goa, uma forma simplificada do modelo de casa indo-portuguesa das classes mais altas. Pequenos quintais murados vão formando uma malha irregular, onde a presença de uma capela estabelece um ponto de aglutinação e dá nome ao bairro através de um santo padroeiro.

Ao nível dos espaços interiores, o programa distributivo da casa indo-portuguesa das classes altas tem tendência a estabilizar-se ao longo do século XIX, num esquema quase repetitivo, com poucas variações estruturais. Um equilíbrio entre valores de representação da casa para o exterior, concentrados na fachada e no alpendre, e valores de privacidade da vida doméstica, parece verificar-se neste modelo. O conceito de casa com alçados, desconhecido na tradição hindustânica, cujo desenho relaciona o programa interior do edifício com o exterior, é plenamente integrado nesta arquitectura, mas com uma interpretação autóctone que se eleva à qualidade de síntese de influências.

A relação com o exterior do alçado é relegada para os salões e para o alpendre de entrada, permanecendo a vida doméstica fundamentalmente voltada para dentro e para o pátio central. Mantendo-se como elemento polarizador do interior doméstico, o pátio gera à sua volta um conjunto de espaços que se constituem como uma unidade independente em relação ao corpo da fachada, cujas funções de representação se autonomizam



Planta da casa de Loyola Furtado, Orlim. (H.C.)



Casa rural cuja renovação da pintura depois da monção é assegurada com recurso à publicidade. (H.C.)

numa segunda unidade arquitectónica. Um estreito corredor une o alpendre à casa de jantar, antigo *vasary* da casa hindu, estabelecendo um eixo de ligação entre estes dois corpos. Ao fundo deste corredor desenha-se uma segunda porta que se mantém normalmente fechada, identificando claramente a passagem para um lugar mais reservado e de acesso mais controlado. Contrariamente à casa europeia e portuguesa, onde o alpendre é apenas um espaço de transição para um *hall* ou sala de entrada, na casa indo-portuguesa este corredor, que encontramos sistematicamente em todas as grandes casas, cumpre uma função de estrangulamento e de protecção ao núcleo mais privado. Estruturando-se de uma forma permanentemente perpendicular à fachada, o corredor, ao ligar o alpendre com a zona interior do pátio, estabelece um eixo de composição a todo o programa dos espaços interiores.

A fachada principal tende a desenvolver-se longitudinalmente, constituindo-se como elemento particularmente diferenciado em relação às fachadas laterais e às traseiras, que, pela sua ligação à área de serviços, se mantém estritamente funcional. Assumindo-se como elemento privilegiado de representação, é na fachada principal que se concentra todo o esforço decorativo e onde a tradição antiga do estuque exterior vai dar largas às mais variadas formas. A gramática decorativa do tardo-barroco vai perdurar, introduzindo-se, a pouco e pouco, variações formais de claro exotismo indiano. Numa progressiva adaptação ao clima e aos hábitos de maior participação da casa na vida exterior, as antigas alas laterais, em forma de larga varanda corrida, tendem a passar para a fachada principal. Num processo lento, com génese nos modelos dos séculos XVI e XVII desenvolvidos pelas famílias portuguesas radicadas em Goa, verificamos que esta varanda começa a formar-se primeiro por um telheiro corrido, ao longo de uma sequência de janelas de sacada. Pela sua concepção, estes casos ocorrem ainda no século XVIII, como são exemplo as casas do Alemão em Betalbatim ou dos Godinhos Vaz em Majordá.

Com o final do século XVIII, a varanda corrida começa a ganhar importância à medida que se torna lugar privilegiado de estar, sem as preocupações de privacidade dos séculos anteriores. Consequentemente, as antigas carepas<sup>1</sup> deixam de ser necessárias, e o gosto decorativo passa a concentrar-se nos gradeamentos das varandas e nos prumos de sustentação dos telheiros. Em casos mais elaborados, as colunas de madeira de sustentação do telheiro repetem claramente as formas e a decoração das colunas de talha dourada. É o caso da Casa dos Bragança Pereira de Utordá com as colunas da varanda com fuste decorado com caneluras e capitéis coríntios. O exemplo não é único, embora seja um dos mais requintados. Noutras casas, como a dos Monteiros de Assolna, a influência das colunas dos altares é evidente, salientando a constante preponderância das formas religiosas na arquitectura doméstica no espaço goês.

Com o decorrer do século XIX, as formas decorativas tornam-se cada vez mais independentes dos modelos eclesiásticos e, em certa medida, das influências portuguesas do tardo-barroco. Tanto as guardas das varandas como as colunas e beirados ganham formas exóticas com aplicações de florões. Recorrendo a uma apurada tradição artesanal ao nível da marcenaria e do estuque exterior, os alpendres, as escadarias, as colunas, as guardas das varandas e os beirados ganham consecutivamente novos desenhos, onde o sentido cromático indiano, com propensão para cores fortes, vem acrescentar ainda uma última nota de exotismo.

Ao nível do desenho da fachada, a casa de pátio vai tender para uma organização tripartida, estruturada por duas alas simétricas que se desenvolvem lateralmente a partir de uma entrada central. As bases das varandas de sacada, que nos séculos XVII e XVIII se constituíam em três pequenas consolas, passam a distribuir-se continuamente, manifestando uma

<sup>1</sup> As carepas são placas de madreperola que, recortadas em rectângulo, se encaixam em ripas de madeira, preenchendo, assim, a estrutura das portadas exteriores das janelas. Este material, translúcido, permitia a entrada de luz e possibilitava ver para o exterior sem ser "denunciado".



lenta evolução das formas e do desenho arquitectónico. No seu conjunto, a perícia dos artífices dá largas a uma imaginação luxuriante em desenhos variados, onde as cores fortes dão uma nota de gosto indiano que nunca se perderá. Mas o elemento mais característico da fachada da casa de pátio é, sem dúvida, o alpendre de entrada, onde se concentra a atenção decorativa e cuja evolução formal nos dá conta das transformações culturais operadas, sobretudo, ao longo do século XIX.

### V - O *balcão* como elemento de socialização da cultura indo-portuguesa

Particularmente interessante na evolução da arquitectura indo-portuguesa é o alpendre de entrada, que, tendo uma origem portuguesa, toma um significado e uma importância peculiares na estrutura da casa goesa. Historicamente documentado, é sabido que os palácios dos vice-reis e dos arcebispos eram dotados de alpendres com largas escadarias. O Palácio-Fortaleza conservava, até ao século XIX, um alpendre com grandes colunas. O Palácio dos Arcebispos em Goa, junto à Sé, mantém ainda dois alpendres de acesso ao andar nobre, um com ligação à capela do paço, outro à antecâmara e salão de audiência. Estes alpendres dos séculos XVI e XVII cumpriam uma função social de enquadramento cenográfico dos aparatosos rituais desenvolvidos pelos portugueses na Índia.

A privacidade doméstica, que envolvia sobretudo as senhoras até ao século XVIII, impedia que estes espaços adquirissem, nos séculos XVI e XVII, uma função de recreio e de estar ao ar livre. Os momentos de lazer eram reservados aos jardins envolvidos por altos muros. As varandas revestidas de carepas tinham uma função de protecção, permitindo observar o que se passava no exterior sem ser visto da rua. A progressiva abertura da vida doméstica, a partir de meados do século XVIII, vai possibilitar uma alteração dos hábitos, abrindo a casa a uma maior participação na vida social, muito em particular ao elemento feminino da casa. Esta abertura da vida doméstica encerrava, no entanto, um outro problema no contexto das famílias brâmanes e chardós: facilitava os contactos com classes mais baixas reprimidas pelo sistema social.

Quando os portugueses recebiam uma visita, esta entrava no interior da casa para uma sala, a antiga antecâmara. Linschoten descreve o costume nos finais do século XVI: “... *When any man goeth to visite an other in his house... and so leadeth him up into his hall or chamber... where hee offereth a chaire to sitte downe, and then hee himselfe sitteth by him...*” (Linschoten 1598: 195). No caso dos brâmanes e dos chardós, as classes mais baixas não podiam entrar no interior da casa, pois a sua presença era sentida como uma conspurcação do espaço. Conforme o nível social, as distâncias iam aumentando, não sendo permitido aos intocáveis passar o portal do pátio ou terreiro.

O alpendre da casa indo-portuguesa resolve esta questão de uma forma perfeita, estabelecendo uma sala no exterior da casa, concebida como uma antecâmara de protecção ao interior. A curiosidade feminina pelo que se passava na rua era igualmente satisfeita num espaço que, embora exterior, proporcionava uma vivência dentro do quotidiano doméstico. São estes aspectos que explicam que o alpendre assumia um papel fundamental na estrutura da fachada, influenciando ainda, na sua função de sala de entrada, a estrutura dos interiores. Como elemento para estar, o alpendre adquire, sobretudo na casa do século XIX, um inconfundível valor simbólico. A sua constante variação formal e decorativa torna-o, por si só, elemento identificador da casa e do prestígio da família. Os antigos



Pangim. Andaimos de bambu utilizados na construção civil. (H.C.)



Pormento do alpendre da casa da família Figueiredo, Loutulim. (H.C.)

telhados em tesoura, de forte inclinação, que durante séculos caracterizaram a habitação da grande nobreza portuguesa, aparecem aqui numa última evocação de conotação aristocrática. A sua antiga função de ventilação interior está ainda presente, subindo o alpendre muitas vezes acima do beirado da casa, com uma grelha superior de respiração para deixar sair o ar quente.

Nas suas variações formais de *sala* com uma maior capacidade de receber elementos estranhos à família, o alpendre recebe bancos corridos em alvenaria, distribuindo-se pelos degraus pequenos bancos para criados, que as fotografias antigas ainda mostram. As características vivenciais determinam, ainda, o aparecimento de janelas laterais para protecção da chuva e ventos. À medida que o vidro é divulgado, estas largas janelas passam a ser estruturadas por portadas com vidros, utilizando, por vezes, materiais fortemente coloridos onde, mais uma vez, o gosto indiano vai criar uma ambiência exótica, inculcando a estes espaços uma luminosidade muito particular. Introduzido em termos tipológicos pelos portugueses, o alpendre acaba por cumprir um papel significativo para uma maior sociabilidade. É ainda na sua função de sala que o alpendre adquire um papel significativo para a sociabilidade da casa goesa, ligado que está à prática do *mando* e de outros cantares tradicionais. Desenvolvidos sobretudo pelos brâmanes, mas praticados também pelas famílias chardós, estes cantares tinham aqui um lugar privilegiado nos fins de tarde, promovendo a reunião da família alargada (Sardo 1994). Como elemento capaz de gerar e desenvolver novos contactos entre castas, o alpendre acaba por ter, ao nível social, uma influência humanista de raiz cristã.

## BIBLIOGRAFIA

- Aires Gomes, Joaquim Manuel, 1993, *Biography of Colonel & Chief-Field Marshal*, Goa, Edição do autor.
- Brito, Raquel Soeiro de, 1966, *Goa e as Praças do Norte*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar.
- Carita, Helder, 1995, *Palácios de Goa*, Lisboa, Quetzal.
- Correia, Alberto C. G. da Silva, 1954, *História da Colonização Portuguesa na Índia*, Lisboa.
- Cousas Desse Tempo, Memória Histórica*, Nova Goa, Imprensa Nacional.
- Directory - *Archdiocese of Goa and Damão*, 1984, Nova Goa.
- Feio, Mariano, 1979, *As Castas Hindus de Goa*, Lisboa, Junta de Investigação Científica do Ultramar - Centro de Estudos de Antropologia Cultural.
- Fernandes, José Manuel, 1994, «Arquitetura Religiosa Indo-Portuguesa - Ensaio de Tipologias» in *Catálogo da Exposição Encontros de Culturas, Oito Séculos de Missionaço Portuguesa*, Lisboa.
- Fernandes, José Manuel, 1994 «Vestígios do Manuelino na Arquitectura Religiosa de Influência Portuguesa na Índia» in *Oceanos*, n.º 19/20, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses.
- Frias, Padre António João de, 1702, *Aureola de Índios. Nobiliarquia Bracmane. Tratado Histórico, Geográfico, Panegírico e Moral*, Lisboa.
- Linschoten, John Huyghen Van, 1598, *The Voyage of ... to the East Indies*, Londres, vol I.
- Lopes, Maria de Jesus dos Mártires, 1996, *Goa Setecentista. Tradição e Modernidade*, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa.
- Mendes, A. Lopes, 1886, *A Índia Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional, Vol. II.
- Moreira, Rafael, 1994, «Goa em 1535: uma cidade manuelina», in *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa.
- Moreira, Rafael, 1994a, «Manueline to Renaissance in Portuguese India», in *7th Portuguese Seminar on Indo-Portuguese History*, Goa.
- O Oriente Português*, 1993, Nova Goa, vol V.
- Paes, Padre Leonardo de, 1713, *Prontuário das Difições Indicas*, Lisboa.
- Pereira, A. B. de Bragança, 1991, *Etinografia da Índia Portuguesa*, Vol. II, Asian Educational Services, New Delhi, J. Jetley.
- Pinto, Celsa, 1989, «Goa-Based Overseas and Coastal Trade - 18th and 19th Centuries», in Teotónio de Sousa (ed.), *Goa Through The Ages*, Vol. II, Nova Deli, Universidade de Goa.
- Rivara, Joaquim Heliodoro da Cunha, 1875, *A Conjunção de 1787 em Goa, E Várias Cousas Desse Tempo*, Nova Goa, Imprensa Nacional.
- Sardo, Susana, 1994, «Goa, Sons e Silêncios», in *Oceanos*, n.º 19-20, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, p. 250.
- Sousa, Teotónio de, 1994, *Goa Medieval. A Cidade e o Interior no Século XVII*, Lisboa, Editorial Estampa.
- Xavier, Filipe Nery, 1856, *Bosquejo Histórico das Comunidades. Defesa dos Direitos das Gão-Carias, Grão-Cares e dos Seus Costumes*, Nova Goa, Imprensa Nacional.
- Xavier, Filipe Nery, 1862, *Nobiliarquia Goana*, Nova Goa, Imprensa Nacional.